

4

Relações Conjuntivas Causais na Perspectiva Sistêmico-Funcional

O Funcionalismo Linguístico compreende diversas vertentes de estudo. Todas são adeptas da consideração do contexto situacional no estudo da linguagem, mas às vezes as semelhanças param aí.

De todas as correntes funcionalistas, é a teoria de Halliday (2004 e 1976), fundador da Linguística Sistêmico-Funcional – doravante, LSF –, que vai basear o estudo das relações conjuntivas nesta dissertação. Cabe, agora, explicitar seus princípios, enfatizando seu sistema de coesão e as relações conjuntivas.

4.1

Linguística Sistêmico-Funcional

Para Halliday *et al.* (2004), homem e sociedade são indissociáveis. O homem social precisa da linguagem para, como social que é, interagir com seus interlocutores, e a linguagem não existe sem o homem social que a realize, comunicando-se com o outro.

Halliday considera sua gramática *sistêmica* por tratar a língua como rede de escolhas que o falante pode fazer ao moldar seu discurso e a considera *funcional* por sua intrínseca relação com a atividade social. Descrever e estudar a língua em funcionamento é vê-la como sistema de comunicação humana não com regras gerais e indiscutíveis, mas atreladas ao contexto, o que remete também ao uso que se faz dela e ao gênero discursivo a que os textos pertencem.

A teoria sistêmico-funcional, assim, lida com elementos gramaticais com o objetivo de entender melhor como a língua serve de instrumento de comunicação. Ela entende que as línguas se desenvolveram para satisfazer as necessidades sociais e se organizam de modo social no fito de cumprir as tarefas supracitadas para atender às necessidades. Linguagem, cultura e sentido são associados de modo sistemático.

Busca-se, então, considerar a linguagem do ponto de vista dos papéis que ela tem de exercer. Para Halliday *et al.* (2004), a língua tem que cumprir, em qualquer sociedade, quatro objetivos: 1. expressar as experiências humanas do mundo externo (fatos) e interno (ideias e opiniões); 2. traduzir para o universo linguístico certas relações lógicas do universo extralinguístico; 3. mostrar a participação dos falantes no discurso; 4. fazer tudo isso concomitantemente, *organizando-se como discurso relevante* (Hawad, 2002, p. 40). O exercício dessas tarefas se dá em três funções: ideacional (1 e 2), interpessoal (3) e textual (4).

A LSF considera cada unidade linguística funcional em relação ao todo e todas fazem parte de uma rede em que cada item exerce uma função em relação ao todo. Na verdade, o fato de ser funcional quer dizer que a teoria de Halliday está centrada no significado (apreensível pelo uso), é uma teoria de base semântica. Segundo Neves (1997, p. 73),

a questão fundamental, na gramática funcional de Halliday, é o modo como os significados são expressos, o que coloca as formas de uma língua como meios para um fim, não como um fim em si mesmas.

O fim, aqui, é a produção de sentido, ratificação de que a LSF é de caráter semântico. O próprio texto é tido como unidade semântica, e não gramatical. É, porém, por meio das estruturas gramaticais que se decodificam os significados dos enunciados.

Em uma análise sistêmica do enunciado, há dois passos: a escolha de uma forma canônica possível, uma forma prototípica, e, a seguir, os traços paradigmáticos se convertem em uma cadeia sintagmática. A abordagem sistêmico-funcional, portanto, requer que se foquem as escolhas entre os termos do paradigma, isto é, deve-se levar em conta a diferença que uma escolha (consciente ou não, mas sempre influenciada pelo contexto) causa. As unidades sintagmáticas retratam estruturalmente as escolhas feitas pelos falantes, mas é na rede de escolhas que a teoria de Halliday realmente se centra. Em outras palavras, o nível mais abstrato e profundo está no plano paradigmático, ficando o sintagmático apenas para a realização léxico-gramatical.

Assim, a LSF é de caráter não só semântico, mas também paradigmático, e ambas as características se devem à preocupação maior com o sentido do enunciado.

ado e seu uso. Disso não se deve concluir que a LSF despreza o sistema. Regras e sistemas existem no estudo funcional da linguagem, o aspecto formal da língua também é contemplado, mas é influenciado pelo uso, pela interação entre interlocutores.

O sentido é normalmente atribuído à palavra, mas não só dela ele depende. Também é importante a atuação dos interlocutores, pois o sentido que prevalece não é o da palavra em si, mas aquele que as pessoas lhe dão. A prova são os vários casos de esquecimento etimológico, como, só para citar um exemplo, o do vocábulo *caligrafia*, que há muito deixou de ter seu significado atribuído à grafia esteticamente agradável, mas tão somente à grafia, à letra, gerando expressões diacronicamente redundantes, como *bela caligrafia*.

Para o sucesso de um ato comunicativo, uma das condições é que o mesmo sentido seja partilhado pelos interlocutores. À mesma palavra o produtor não pode atribuir um sentido, e o receptor, outro. Para que isso não ocorra, cooperam com a palavra o cotexto¹ e o contexto.

Outra peculiaridade da LSF e que justifica sua escolha como perspectiva para várias pesquisas sobre ensino é o salto transfrástico dado por ela, o ir além da frase. Para o Funcionalismo, a unidade maior é o texto. Texto, aqui, é definido como organização da informação, organização da interação e organização semântica. Mais do que isso, texto é *potencial linguístico realizado*, é o que é dito dentro de todas as escolhas passíveis de serem feitas pelo falante. O texto, em suma, representa as escolhas linguísticas do falante e só ocorre dentro de contexto. Texto e contexto são, assim, indissociáveis – separados, em algumas lições, apenas para facilitação pedagógica. O texto só opera em um contexto e contextos são o conjunto de textos produzidos por uma cultura.

Considerando a rede de escolhas do falante, da qual a LSF nunca se desvia, a interpretação de cada item é feita com base nas funções que ele exerce sobre os outros com que divide o texto e os demais elementos do contexto. Cada item, assim, é interpretado mediante outro, depende do outro, e a chave da união dessa cadeia é a coesão. É pela coesão que os significados são organizados. Essa organização coesiva tem como auxiliar certas palavras gramaticais, e é nelas que se

¹ *Cotexto*, para Charaudeau e Mangueneau (2004: 127-128), consiste no ambiente verbal do texto.

centra a realização léxico-gramatical das relações conjuntivas, cujo processamento é o interesse maior deste estudo.

Outros dois conceitos que se distinguem na LSF é o de registro e de realização. Registro é termo usual nos estudos sociolinguísticos para designar as variações na fala e na escrita conforme variam as circunstâncias em que os usuários do texto estão inseridos. Registro, sob esse ponto de vista, são modos diferentes de dizer a mesma coisa. Em Halliday, todavia, registro é definido semanticamente e se refere a maneiras diferentes de dizer coisas também diferentes. Cada registro é realizado por estruturas léxico-gramaticais diferentes, corresponde a uma situação diferente e, por conseguinte, não diz o mesmo que outro registro.

Todas as relações semânticas são expressas por meio de estratos linguísticos. Assim, há em qualquer idioma três níveis de organização: o semântico, referente ao sentido; o léxico-gramatical, referente às formas; e o fonológico ou ortográfico, referente às expressões. Cada nível realiza as estruturas do nível anterior. Desse modo, o nível léxico-gramatical realiza o nível semântico. No caso específico desta pesquisa, as palavras gramaticais realizam, explicitam, as relações conjuntivas e permitem a interpretação das relações de significado entre proposições. Isso é o fenômeno da realização, noção indispensável ao entendimento da teoria sistêmico-funcional.

4.2

O Sistema de Coesão

Como tudo na LSF, seu sistema de coesão também é de base semântica. Disso redundava que ela se dá de maneira bastante ampla. Diz-se que dois elementos do discurso estão em coesão quando a interpretação de um demanda a do outro, de sorte que aquele não pode ser decodificado com precisão a não ser que se recorra a este. Logo, a simples presença de estruturas gramaticais como frases lado a lado não as define como texto. Antes, é preciso que haja um entrelaçamento de significados emergentes das relações de coesão criadas por mecanismos linguísticos dos quais a conjunção é exemplo.

A comunicação é feita via orações encadeadas e psicologicamente interdependentes. Isso significa que não há como duas orações coabitarem um texto sem

estarem minimamente relacionadas pelo sentido, ainda que não haja uma marcação formal dessa relação. É desse modo que dois elementos estão em relação de coesão, integrados ao texto (Halliday & Hasan, 1976), e essa relação pode ser manifestada de mais de uma maneira.

A coesão é o princípio fundamental da Sintaxe e as línguas diferem apenas nos expedientes que usam para marcar os diferentes tipos de relação. (Borba, 1979, p. 40).

A coesão, antes de ser um mero instrumento de conexão, faz parte do sistema da língua e está presente quase que na totalidade dos textos produzidos por qualquer cultura.

A coesão congrega o conjunto de mecanismos léxico-gramaticais necessários para a conexão entre partes do texto, de dimensões e extensões variadas. Halliday & Hasan (1976) elencam cinco subsistemas em que se divide o sistema de coesão: a elipse, a substituição², a referência, a coesão e a conjunção. A elipse e a substituição são esquemas coesivos exclusivamente textuais, que ligam segmentos textuais. A referência lida com elementos textuais, mas também com elementos semânticos, estabelecendo coesão não só entre partes do texto, mas entre o texto e elementos do contexto. Disto conclui-se que ela se serve não só de mecanismos gramaticais, mas também lexicais. Algumas formas de coesão são realizadas lexicalmente e outras, gramaticalmente, daí o termo *realização léxico-gramatical*, usado para se referir a ambos os meios de coesão. Observe-se que a conjunção está na fronteira entre a gramática e o vocabulário, pois pode ser *realizada léxico-gramaticalmente* por palavras gramaticais ou lexicais. Inclusive, são várias as classes gramaticais que podem funcionar como conectivos, e não só as classes da conjunção e da preposição, contrariamente à gramática tradicional (Azeredo, 2002).

Para Halliday & Hasan (1976), basta que dois itens textuais estejam semanticamente ligados, em situação de interdependência, para que haja a coesão. Até mesmo orações sem um conectivo formal podem ser consideradas coesas. Por exemplo, na frase extraída da versão não conectiva de um dos textos do primeiro experimento dessa pesquisa:

² Na edição mais recente de sua obra, publicada em parceria com Matthiessen (2004), Halliday considera a *substituição* uma variante da *elipse*, e as engloba num único mecanismo de coesão.

No entanto, mexer no terreno não é uma solução inteligente. Pode haver deslizamento.

Essa frase está em relação coesiva conjuntiva causal. Mesmo não havendo nenhum conectivo realizado léxico-gramaticalmente, percebe-se que a última oração é uma justificativa para a tese de que mexer no terreno não é a solução ideal. Aqui, a relação conjuntiva está implícita, mas é recuperável.

Nem sempre, porém, essa omissão do conectivo marcador da relação é bem sucedida. Se um texto é composto por orações simples, mas sem conectivos que explicitem as relações causais ou de espaço e tempo, ele pode ser menos compreensível do que um texto formado por orações complexas, mas com termos de ligação que são manejados facilmente pela maioria dos falantes.

No que concerne ao processamento e à compreensão leitora, o sistema de coesão da língua importa porque, se entre duas orações de um texto não aparecer nenhum conectivo, duas são as possibilidades: (i) a estrutura do texto ser de muito fácil processamento e sua estrutura linguística também simples coincidir com a estrutura do representado, como, por exemplo, uma série de fatos que se sucedem de modo ordenado e lógico, ou (ii) a compreensão se complicar por o leitor ter que inferir os nexos que a superfície textual omitiu (Alliende & Condemarín, 1987). O processo de compreensão textual engloba vários níveis e em todos pode haver dificuldades. Uma delas ocorre na organização das ideias expressas, na relação entre elas. Frases de baixa complexidade podem ser de difícil compreensão porque a concatenação entre elas não foi feita claramente ou foi feita de modo equivocado (Jorm, 1985, p. 74).

4.3

A Conjunção segundo a Linguística Sistêmico-Funcional

O termo *conjunção* é conhecido na tradição gramatical como uma classe de palavras invariável e que, por ser invariável, teve seu estudo relegado a segundo plano nos livros didáticos. Felizmente, essa tendência vem sendo suplantada, e a conjunção tem sido estudada em todo seu potencial linguístico e argumentativo.

Como dito na seção anterior, na LSF a conjunção não é uma classe gramatical, mas um processo, uma relação coesiva que permite constatar que entre frações do texto podem existir diversas relações semânticas, conectadas pelo sentido e tendo essa conexão realizada léxico-gramaticalmente – mas nem sempre, como já foi visto – na cadeia sintagmática do texto.

A conjunção é a única estrutura de coesão que marca as relações lógico-semânticas estabelecidas textualmente. Não estabelece relações anafóricas ou catafóricas, não se presta a recuperação de marcas linguísticas no texto. Em vez disso, elas demandam outros dados no texto para veiculação de significado, conectando esses dados, que podem ser orações, frases, parágrafos e porções maiores de texto.

Existem no texto diversas relações semânticas entre diferentes segmentos de texto. Por meio dessas relações, o sistema permite que eles sejam unidos a outros por relações de sentido. Sendo relações de base semântica, as relações só podem ser ditas *coesivas* indiretamente, pois a tessitura é feita de maneira mais flexível, designando que o que virá, na linearidade do texto, está conectado ao que foi expresso anteriormente.

Halliday & Hasan (*op. cit.*) subdividem as relações conjuntivas em quatro tipos distintos: relações aditivas, adversativas, temporais e as causais, estas últimas foco de nossa atenção. Com certeza, as relações conjuntivas se prestam a uma gama muito variada de interpretações. A terminologia proposta por Halliday & Hasan (*op. cit.*) tem o intuito de abarcar de maneira geral os diversos tipos de relações conjuntivas – havendo, por isso, algumas subclassificações. Os autores justificam que esse quadro teórico simples, mas não simplista, visa às prioridades, evitando complicações terminológicas e teóricas que antes desservem do que auxiliam os estudos textuais.

Como realizadores léxico-gramaticais da conjunção, Halliday & Hasan abordam muito mais que as conjunções da gramática escolar. As classes gramaticais da conjunção e da preposição oferecem conectivos importantes para a conjunção sistêmico-funcional, mas não só elas. Entre os advérbios também há os que se prestam às conjunções, estabelecendo diversas relações semânticas.

Bechara (2004, p. 322) desfaz esse equívoco de desconsiderar-se o advérbio um conectivo alegando que a tradição gramatical, com base na proximidade semântica, inclui entre as conjunções coordenativas advérbios que travam relações

entre orações – do mesmo período ou não –, mas não desempenham o papel de conjunções (no sentido tradicional do termo), mantendo com elas apenas afinidades semânticas. Estão nesse caso vocábulos como *portanto*, *logo* e outros que são classificados nos manuais escolares como conjunção, mas apresentam traços semânticos e sintáticos de advérbios – a larga possibilidade de trânsito dentro da oração, por exemplo.

Geralmente visto como vocábulo referente a verbos, adjetivos e a outros advérbios, explicitando circunstâncias, o advérbio também pode marcar relações textuais de caráter coesivo. É conectiva, pois, a função do advérbio simples ou em forma de locução que funciona como recurso coesivo. Como tal, ele pressupõe uma porção de texto anterior em relação à qual a porção de texto seguinte expressa conclusão, oposição, retificação, confirmação, paráfrase ou adição (Azevedo, 2007, p. 209).

Então, são considerados conectivos de relações coesivas conjuntivas conjunções, preposições e advérbios. Para nossos experimentos, será usado especificamente o conectivo *porque*.

4.4

Relações Conjuntivas Causais

O termo *causal*, na gramática tradicional, tem um sentido muito restrito e se refere apenas às orações subordinadas adverbiais que expressam a causa do evento mencionado na oração com a qual dividem o período. Em Halliday & Hasan (1976), porém, o conceito de causa é estendido e subdividido.

Os autores consideram relações causais aquelas que carregam semanticamente noções de *razão*, *resultado* e *finalidade*, reunidos pela gramática tradicional pelos rótulos de causa, explicação, conclusão, finalidade, consequência, condição e modo. Não há, naturalmente, correlação exata entre elas (Dutra, 2007, p. 74). A LSF, por ser de base semântica e pelo desejo expresso dos autores de simplificar o quadro terminológico, volta-se mais ao sentido dessas relações e ao modo como funcionam na tessitura do discurso.

As relações de razão mostram a causa de algum fato narrado ou da validade de alguma opinião ou tese. São expressas, de forma simples, pelos conectivos³ *porque, por causa disto*.

As relações de resultado trazem a consequência de algum fato ou a conclusão a que se pode chegar por meio de um raciocínio anteriormente desenvolvido. Podem ser expressas por elementos conjuntivos como *consequentemente, portanto, assim*

Às relações de finalidade, a seu turno, cabe expressar o objetivo com que determinado ato foi cometido. Os conectivos *para e para que* são os mais usuais para esse tipo de relação.

4.5

Relações Externas e Internas

Todos os tipos de relações conjuntivas se dividem em *externas e internas*. Ocorre que uma relação conjuntiva pode ser utilizada para a exposição, com fins diversos, de fatos – verídicos ou fictícios – do mundo extralinguístico. Nesse caso, será uma relação *externa*, vinculada à metafunção ideacional da linguagem. Quando a relação, porém, serve à trama textual para organizá-la, ou para expor as perspectivas do falante, tem-se uma relação *interna*, voltada à metafunção interpessoal.

A distinção entre as relações externas e internas é comum a todos os subtipos de relações conjuntivas, mas é nas causais que ela é menos transparente. Uma relação temporal, por exemplo, pode ser facilmente identificada entre externa e interna. Será externa se retratar a sequência com que fatos do mundo extralinguísticos ocorreram. Caso se prestem à enumeração de argumentos em defesa de uma tese, será interna, porque aí estará a serviço da arquitetura textual tramada pelo autor. Segue o exemplo dado por Halliday & Hasan (*op. cit.*, p. 239) de uma relação conjuntiva temporal estabelecida entre orações:

- a) Depois, ele inseriu a chave na fechadura;
- b) Depois, ele foi incapaz de inserir a chave na fechadura.

³ Os conectivos elencados servem apenas de exemplo, sendo válidos também outros que equivalham semanticamente a eles.

Pressupondo-se uma frase que pudesse anteceder a frase *a*, seria obtido algo como *Primeiro ele abriu o portão* ou *primeiro ele estacionou o carro na garagem*. Em qualquer caso, haveria necessariamente um fato que antecedesse o fato da inserção da chave na fechadura. Note-se que são fenômenos extralinguísticos narrados e enumerados na ordem cronológica em que ocorreram, caracterizando-se uma relação externa.

Uma oração que antecedesse à frase *b*, contudo, seria algo como *Primeiro ele estava andando de maneira trôpega*. A frase também começa com o conectivo *primeiro*, mas expressa um argumento a favor da tese de que determinado homem estava sentindo-se mal ou alcoolizado em determinada situação – o que se pode concluir pela interpretação do modo de andar e da incapacidade de encaixar a chave na fechadura. Se os fatos estão, aqui, servindo de argumento, então são eventos linguísticos e a relação conjuntiva que os une é claramente interna.

Já as relações causais sempre trazem certo grau de interpretação do falante, tornando mais difícil a apreensão de seu caráter interno e externo, mas ainda assim a distinção pode ser feita. Relações conjuntivas causais internas justificam o que foi dito anteriormente na linearidade do texto e possuem o sentido de “e esta é a razão para o que foi dito”, é o falante marcando sua posição, seu modo de interpretar o mundo e reportá-lo no texto.

Relações causais externas, por sua vez, explicam a causa pela qual um dado fato ocorreu e pode ser interpretada como “e esta é a causa para ter acontecido o que acabou de ser dito”. Há interpretação e inferência da parte do falante, mas em grau muito menor que no caso das internas.

Na terminologia tradicional, pode-se afirmar que, em relação às orações com que dividem o período, as orações subordinadas adverbiais causais usualmente estabelecem relações conjuntivas externas, e as orações coordenadas explicativas formam relações conjuntivas internas. Isso porque as orações adverbiais causais mostram o motivo de algum fato mencionado imediatamente antes ou após elas, enquanto as orações coordenadas explicativas expõem uma justificativa para a ordem, pedido, sugestão ou tese presente na outra oração do período – ou porção maior de texto.

Não se deve, contudo, estabelecer uma escala de valores entre as relações conjuntivas externas e internas. As duas servem de mecanismo para a criação de textos e são imprescindíveis. Descrever fenômenos e promover interação entre

falante/escritor e ouvinte/leitor são papéis essenciais explorados na produção de textos. A ideacionalidade e a interpessoalidade são dois lados da mesma moeda, e sem eles é inimaginável o processo comunicativo.

É importante, pois, conhecer ambos os tipos de relação, externa e interna, no máximo de nuances possíveis, incluindo as psicolinguísticas, que envolvem a aquisição e processamento dessas relações. A psicolinguística experimental tem forte interesse nos diversos tipos de relações de coesão e coerência textual, uma vez que elas evitam uma série de repetições e redundâncias que sobrecarregariam a memória de trabalho do leitor/ouvinte, caso não fosse possível realizar referenciação a partir de elementos coesivos.

Além da lição de Halliday & Hasan (1976), pode-se contar também com o estudo sobre relações causais internas e externas de Dutra (2007), em que a autora investigou o uso destas em redações de vestibular de uma universidade pública do estado do Rio de Janeiro. Seu objetivo era constatar qual tipo de relação causal, externa ou interna, predomina nos textos argumentativos de vestibulandos.

O resultado variou conforme o subtipo de relação causal. As causais de finalidade mostraram-se exclusivamente externas. As de resultado se apresentaram internas em sua maioria, 89% das ocorrências, sendo apenas 11% de caráter externo. As relações causais de razão, a seu turno, tiveram uso mais equilibrado: 46% de relações externas e 54% de relações internas.

Esse último resultado é interessante para nossa pesquisa, pois revela que, em textos argumentativos – não só os de exame vestibular –, há uma convivência mais harmônica entre relações conjuntivas causais externas e internas de razão. Efetivamente, esse dado se confirmou na busca de *corpus* para nossos experimentos, levando à exclusão das relações de finalidade e resultado do escopo de nossas investigações.

Para concluir a Fundamentação Teórica, após os conceitos-chave de Psicolinguística e Linguística Funcional, resta traçar o que se está entendendo por texto argumentativo nesta dissertação, visto que essa noção não é una entre os autores. A caracterização do tipo de texto com que se está trabalhando é importante, por influir diretamente na postura que o leitor vai adotar ao ler (Perini, 2007) e nos processos psicolinguísticos de que vai precisar lançar mão para compreender.